

Demonstrações Financeiras

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

30 de junho de 2020



Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2020

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores	
Balanços patrimoniais	
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ: 01.582.075/0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

COVID-19

Diante do cenário de pandemia do novo Corona vírus (COVID-19), a Companhia deliberou sobre as ações que foram e vem sendo lançadas com o propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Desempenho nas operações de Seguros e Previdência Complementar Aberta

Com forte atuação no Rio Grande do Sul, a Companhia está em franco processo de crescimento, tendo ainda muito mercado para conquistar, mesmo assim, já é líder absoluta dentre as seguradoras de vida na região. O faturamento (*) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. no primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 584 milhões, o que representa um aumento de 26,5% em relação ao mesmo período de 2019.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência em 2020 foi de R\$ 155,5 milhões, superando em 20,5% o mesmo período de 2019.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 137,5 milhões, atingindo um crescimento de 15,4% em relação ao ano anterior, enquanto o resultado financeiro atingiu R\$ 4,4 milhões.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 122,7 milhões. As provisões técnicas de seguros e previdência somaram R\$ 1,5 bilhão no primeiro semestre de 2020, atingindo um crescimento de 36,4% em relação ao mesmo período de 2019.

As despesas administrativas apresentaram uma redução de 1,4 p.p em relação a receita bruta de 11,9% no primeiro semestre de 2019 para 10,5% em 2020. Essa redução reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 39,6 milhões em 2020, alcançando um aumento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2019.



O patrimônio líquido atingiu R\$ 197,4 milhões em 2020, obtendo um incremento de 4,35% em relação ao primeiro semestre de 2019 e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,7 bilhão, mantendo-se no nível do ano anterior.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

Por fim, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2020.

A Administração

^{*} Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1



Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	<u>-</u>	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE	-	1.641.019	1.538.613
Disponível		27.127	25.265
Caixa e Bancos		2.379	9.233
Equivalente de Caixa	Nota 5	24.748	16.032
Aplicações	Nota 5	1.503.419	1.394.903
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	_	48.576	50.688
Prêmios a Receber	Nota 6	37.937	40.012
Operações com Seguradoras	Nota 7	9.106	9.360
Operações com Resseguradoras		1.533	1.316
Créditos das Operações com Previdência Complementar		50	49
Outros Créditos Operacionais	Nota 8	20.687	23.550
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		4.704	4.804
Títulos e Créditos a Receber	_	1.131	1.281
Títulos e Créditos a Receber		941	1.104
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9. a	190	177
Custos de Aquisição Diferidos		35.325	38.073
Seguros	Nota 14	35.310	38.061
Previdência	Nota 15	15	12
	_		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	83.575	183.783
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	- -	83.395	183.336
Aplicações	Nota 5	27.125	79.934
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		2.030	1.879
Títulos e Créditos a Receber	· -	11.917	49.338
Créditos Tributários e Previdenciários	·-	1.995	
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 18	9.922	49.338
Custos de Aquisição Diferidos		42.323	52.185
Seguros	Nota 14	42.247	52.103
Previdência	Nota 15	76	82
Investimentos		-	224
Imobilizado		180	139
Intangível		-	84
TOTAL DO ATIVO	=	1.724.594	1.722.396
	=		



Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		30/06/2020	31/12/2019
PASSIVO			
CIRCULANTE		462.029	552.525
Contas a Pagar		30.387	58.470
Obrigações a Pagar	Nota 10	12.242	38.814
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.918	3.160
Impostos e Contribuições	Nota 11	16.156	16.349
Outras Contas a Pagar		71	147
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		30.226	35.954
Prêmios a Restituir		104	6
Operações com Seguradoras		2.138	3.710
Operações com Resseguradoras		2.202	3.276
Corretores de Seguros e Resseguros	Nota 12	25.782	28.034
Outros Débitos Operacionais		-	928
Débitos de Operações com Previdência Complementar		10	17
Depósitos de Terceiros	Nota 13	449	7.873
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14	370.706	420.165
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15	30.251	30.046
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.065.125	980.664
Contas a Pagar		7.137	47.427
Tributos Diferidos	Nota 9	-	1.402
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 18	7.137	46.025
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14	950.582	827.804
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15	107.103	105.222
Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 18	303	211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	197.440	189.207
Capital Social		72.188	72.188
Reservas de Lucros		82.706	113.706
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.953	3.313
Lucro Líquido do Semestre		39.593	-
TOTAL DO PASSIVO		1.724.594	1.722.396
IOTAL DO FASSIVO		1.7 24.594	1.722.390



Demonstrações dos Resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2020	30/06/2019
Prêmios Emitidos	_	314.843	291.301
Contribuições para Cobertura de Riscos		540	395
Variação das Provisões Técnicas		996	(8.025)
Prêmios Ganhos	Nota 21 e 22 a)	316.379	283.671
Receita com Emissão de Apólices		-	1.858
Sinistros Ocorridos	Nota 22 b)	(50.068)	(56.765)
Custos de Aquisição	Nota 22 c)	(119.314)	(97.490)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 22 d)	(12.386)	(12.757)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	-	134.611	118.517
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 22 e)	(569)	905
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL		264.310	167.102
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(169.905)	(118.873)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	Nota 22 f)	94.405	48.229
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	<i>,</i>	4.298	2.696
Variação de Outras Provisões Técnicas	Nota 22 g)	(94.547)	(48.941)
Custo de Aquisição	/ -	(1.209)	(1.315)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(63)	(40)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	<u></u>	2.884	629
Despesas Administrativas	Nota 22 h)	(61.307)	(55.096)
Despesas com Tributos	Nota 22 i)	(13.696)	(12.628)
Resultado Financeiro	Nota 22 j)	4.363	9.807
Resultado Patrimonial		-	14
RESULTADO OPERACIONAL	_	66.286	62.148
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	-	194
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-	66.286	62.342
	-		
Imposto de Renda	Nota 23	(16.656)	(15.493)
Contribuição Social	Nota 23	(10.037)	(10.409)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	- =	39.593	36.440
Quantidade de Ações	Nota 19 a)	2.091	2.091
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$,	18.934,96	17.427,07



Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	30/06/2020	30/06/2019 36.440
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(360)	628
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(600)	1.047
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no semestre	240	(419)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	39.233	37.068



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		RE	SERVAS DE LUCR	os				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Avaliação	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.188	10.490	54.696	26.271	2.163	-	165.808	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	628	-	628	
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	36.440	36.440	
Dividendos declarados e pagos AGO março/2019	-	-	=	(26.271)	-	-	(26.271)	
Saldos em 30 de junho de 2019	72.188	10.490	54.696	-	2.791	36.440	176.605	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72.188	14.438	99.268	-	3.313	-	189.207	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	<i>-</i>	-	-	(360)	-	(360)	
Dividendo Adicional Proposto pago em março/2020	-	-	(31.000)	-	-	-	(31.000)	
Lucro Líquido do Semestre	-		-	-	-	39.593	39.593	
Saldos em 30 de junho de 2020	72.188	14.438	68.268	-	2.953	39.593	197.440	



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	39.593	36.440
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	598	74
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(194)
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	(14)
Variação Impostos Sobre o Lucro Variação das Provisões Técnicas Seguros	29.362 226.526	23.549 186.820
Variação das Provisões Técnicas Seguios Variação das Provisões Técnicas Previdência	12.150	65.298
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações	(55.707)	(161.401)
Débitos/Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(3.616)	850
Débitos/Créditos das Operações com Previdência Complementar	(8)	. 1
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(51)	(660)
Créditos Tributários e Previdenciários	(13)	-
Ativo Fiscal Diferido	(1.995) 39.416	- (6.019)
Depósitos Judiciais e Fiscais Custos de Aquisição Diferidos	12.610	(6.018) (12.310)
Outros Ativos	2.738	(7.269)
Outras Contas a Pagar	(9.914)	29.375
Depósitos de Terceiros	(7.424)	(2.321)
Provisões Técnicas - Seguros	(153.207)	(19.992)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(10.064)	(50.940)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	92	106
Passivo Fiscal Diferido	(1.402)	464
Outros passivos	(31.360)	(25.643)
Caixa Gerado pelas Operações	88.324	56.215
Imposto sobre o lucro pagos	(29.555)	(31.922)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	58.469	24.293
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra: Intangível e Imobilizado	(42)	(20)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(43) (43)	(39) (39)
	,	,
Atividades de Financiamento	(56.964)	(25,000)
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(56.864) (56.864)	(35.000) (35.000)
•		<u> </u>
Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.862	(10.746)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	25.265 27.127	26.742 15.996
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	21.121	15.996



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre — DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e também pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

A Companhia solicitou em 17 de setembro de 2019 sua retirada do Consórcio DPVAT, a qual foi devidamente efetivada em 1° de janeiro de 2020, nos termos previstos no Instrumento de Consórcio, realizando a baixa dos saldos das contas de ativo e passivo relativas ao seguro DPVAT.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária".

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2020.

2.1 Base de Mensuração

Os valores contidos nas demonstrações são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2 Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações estão relacionadas a seguir e foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte:

- Os prêmios de seguros e cosseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

3.2 Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

3.4.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício.

3.4.2 Disponíveis para a venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.3 Empréstimos e Recebíveis

Ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", não havendo registro de empréstimos, que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável.

3.5 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal).

3.6 Imobilizado

Mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, pelas seguintes taxas: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

3.7 Redução ao valor recuperável

3.7.1 Ativos financeiros

Títulos e valores mobiliários tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os demais ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme disposto na circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores.

As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

3.7.2 Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes dos semestres findos em 2020 e 2019 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independente da probabilidade de perda. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente a Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10 Contratos de Seguro

A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam—se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - Contratos de Seguro".

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

3.11 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo "CPC 11 - Contratos de Seguro", e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo/passivo não circulante.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

Provisão de Sinistros a Liquidar

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das demonstrações e ainda pendentes de regularização.

A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas etc. e refletido no saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera 60 meses para desenvolvimento de sinistros (incluindo a experiência do parceiro Banrisul na Icatu Seguros), entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após 60 meses desde a sua ocorrência.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

Provisão de Prêmios não Ganhos

Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações.

Provisão de Despesas Relacionadas

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, *Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Provisão de Excedente Técnico

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

3.12 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

O "CPC 11 - Contratos de Seguro" requer que as seguradoras, que emitam contratos classificados como contratos de seguro, analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), com contrapartida no resultado.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2015-m e BR-EMSsb-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Resultado do cálculo do TAP

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	30/06/2020	31/12/2019
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	8.582	8.301
Provisões técnicas na data base	(7.957)	(7.555)
Resultado do TAP	625	746

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 625 (R\$ 746 em 31/12/2019), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC).

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.13 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis; (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC; (iv) créditos tributários e previdenciários; (v) provisões judiciais; e (vi) diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.14Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

3.14.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa substituir a IAS 39 –Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.14.2 IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico.

A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos, destacadas a seguir:

- 1. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de responsáveis pelos riscos, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios.
- 2. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e Conselho de Administração.
- 3. A terceira linha de defesa, executada pela Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

O gestor de riscos atua como figura central de todo o processo, sendo este responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos Comitês de Gestão de Risco, do Comitê de Auditoria da Diretoria e do Conselho de Administração.

O ciclo de Gestão de Riscos é composto por 8 etapas, executadas de forma integrada entre a primeira e segunda linhas de defesa.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

As etapas são as seguintes:

- (i) Identificação e/ou Revisão dos Riscos;
- (ii) Apuração do Risco Inerente:
- (iii) Avaliação dos Controles;
- (iv) Apuração do Risco Residual;
- (v) Atualização das matrizes de Riscos;
- (vi) Priorização e tratamentos;
- (vii) Construção de Planos de Ação (P.A.); e
- (viii) Acompanhamento P.A. e Reporte.

Os riscos são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados, e estão divididos em 4 classes, sendo os níveis diferenciados entre si da seguinte forma:

- 1. Crítico: Potencial de impacto superior a 10% do último resultado anual da Companhia;
- 2. Severo: Potencial de impacto superior a 5% e menor ou igual a 10% do último resultado;
- 3. Moderado: Potencial de impacto superior a 0,5% e menor ou igual a 5% do último resultado; e
- 4. Reduzido: Potencial de impacto inferior a 0,5% do último resultado.

Apetite a Riscos é um importante conceito adotado, aplicado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o Sistema de Controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.1.1 Principais Riscos Associados

4.1.1.1 Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos ou resseguradoras) de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

4.1.1.1.1 Principais Riscos Associados aos Investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30/06/2020, o montante de R\$ 231.412 / 79,84% (R\$ 260.311 / 68,00% em 31/12/2019) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 58.462 (R\$ 35.443 em 31/12/2019).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 1.265.478 (R\$ 1.108.072 em 31/12/2019).

Em 30/06/2020 não há aplicações em quotas de fundos de investimento não exclusivos (R\$ 87.042 em 31/12/2019). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 30/06/2020 não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2 Principais Riscos Associados ao Resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência. No quadro abaixo é demonstrada a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

		30/06/2020		31/12/2019	
Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	1.174	14,20%	963	12,04%
Local	A pela AmBest	0	0,00%	1363	17,04%
Local	AA- pela Standard & Poor's	4.600	55,65%	5.481	68,51%
Local	B++ pela AmBest	124	1,50%	174	2,18%
Local	brAA+ pela Standard & Poor's	0	0,00%	18	0,23%
Local	A- pela AmBest	2.368	28,65%	0	0,00%
Total		8.266	100,00%	7.999	100,00%

4.1.1.2 Risco de Mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
- (II) DV01 (dollar–value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

-

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

	30/06/2020				31	/12/2019
Fatores de Risco	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
IPCA	9.990	724	84.802	13.685	817	85.159
Ações	-	26	178	-	14	172

A incerteza trazida pela pandemia COVID-19, fez com que as taxas de juros tivessem um aumento relevante, principalmente no mês de março de 2020, gerando assim, uma desvalorização no preço dos ativos marcados como valor justo pela companhia. Este efeito somado a um cenário de queda da taxa Selic nos últimos 12 meses afetou a performance do resultado financeiro neste 1º semestre de 2020.

4.1.1.3 Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Em conformidade com exigências regulatórias a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência mantidos pela Companhia:

	30/06/2020						
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total			
Caixa e bancos	2.379	-	-	2.379			
Equivalente de Caixa	24.748	-	-	24.748			
Aplicações Financeiras	502.453	356.349	671.742	1.530.544			
Crédito das operações de seguros e previdência	69.313	-	-	69.313			
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.704	814	1.216	6.734			
Títulos e créditos a receber	1.131	11.917	-	13.048			
Total de ativos	604.728	369.080	672.958	1.646.766			
Contas a pagar	30.387	7.137	-	37.524			
Provisões Técnicas	400.957	366.866	690.819	1.458.642			
Débito das operações	30.236	-	-	30.236			
Depósitos de terceiros	93	356	-	449			
Total de passivos	461.673	374.359	690.819	1.526.851			

	31/12/2019						
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total			
Caixa e bancos	9.233	-	-	9.233			
Equivalente de Caixa	16.032	-	-	16.032			
Aplicações Financeiras	390.323	247.429	837.085	1.474.837			
Crédito das operações de seguros e previdência	74.287	-	-	74.287			
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.804	779	1.100	6.683			
Títulos e créditos a receber	1.281	49.338	-	50.619			
Total de ativos	495.960	297.546	838.185	1.631.691			
Contas a pagar	58.470	47.427	-	105.897			
Provisões Técnicas	450.211	324.241	608.785	1.383.237			
Débito das operações	35.971	-	-	35.971			
Depósitos de terceiros	7.119	754	-	7.873			
Total de passivos	551.771	372.422	608.785	1.532.978			

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.2 Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.3 Risco de Subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas.

Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a Política de Resseguro e com as diretrizes acordadas com a Diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2020 Ramo/região geográfica Sudeste Sul Total Vida em Grupo 31.519 83.726 115.245 Prestamista 13.650 129.990 143.640 Acidentes Pessoais 10.563 31.518 42.081 Outros 14.802 611 15.413 **Total Seguros** 56.343 260.036 316.379

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2019

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	32.443	72.479	104.922
Prestamista	-	-	-	10.358	120.448	130.806
DPVAT	635	1.383	391	3.743	(12)	6.140
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.875	24.398	36.273
Outros	-	-	-	472	5.058	5.530
Total Seguros	635	1.383	391	58.891	222.371	283.671

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2020

Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	31.314	83.206	114.520
Prestamista	14.173	130.251	144.424
Acidentes Pessoais	10.450	31.563	42.013
Outros	309	12.697	13.006
Total Seguros	56.246	257.717	313.963

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2019

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	32.443	72.229	104.672
Prestamista	-	-	-	10.358	120.403	130.761
DPVAT	635	1.383	391	3.743	(12)	6.140
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.875	24.358	36.233
Outros	-	-	-	472	4.588	5.060
Total Seguros	635	1.383	391	58.891	221.566	282.866

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 94.405 (R\$ 48.229 em 2019).



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 24.748 (R\$ 16.032 em 31/12/2019)

Em 30/06/2020, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 79.873 (R\$ 79.616 em 31/12/2019). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 4.922 (R\$ 5.523 em 31/12/2019).

Segue demonstração da abertura da carteira:

	30/06/2020						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por							
Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento -							
Exclusivos							
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		69.968	313.836	656.901	224.773	1.265.478	81,37%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	27.326	119.292	-	146.618	9,43%
Operações Compromissadas	SELIC	-	33.714	-	-	33.714	2,17%
Outros		10	(70)	-	-	(60)	0,00%
Total		69.978	374.806	776.193	224.773	1.445.750	92,96%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por							
Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	24.748	-	-	24.748	1,59%
Total		-	24.748	-	-	24.748	1,59%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	57.669	27.125	-	84.794	5,45%
Total		-	57.669	27.125	-	84.794	5,45%
Total das Aplicações Financeiras		69.978	457.223	803.318	224.773	1.555.292	100,00%



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

				31/12/2019			
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		87.105	_	_	_	87.105	5.84%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		44.526	253.487	701.531	303.049	1.302.593	87,37%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		44.516	196.028	593.245	274.283	1.108.072	74,32%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	38.121	108.286	28.766	175.173	11,75%
Operações Compromissadas	SELIC	-	19.411	-	-	19.411	1,30%
Outros		10	(73)	-	-	(63)	0,00%
Total		131.631	253.487	701.531	303.049	1.389.698	93,21%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	16.032	-	-	16.032	1,08%
Total		-	16.032	-	-	16.032	1,08%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	5.204	79.935	-	85.139	5,71%
Total		-	5.204	79.935	-	85.139	5,71%
Total das Aplicações Financeiras		131.631	274.723	3 781.466	303.049	1.490.869	100.00%

04/40/0040

5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	880.761	115.645	996.406
(+) Aplicações	1.005.851	-	1.005.851
(-) Resgates	(535.853)	(42.086)	(577.939)
(+) Rendimentos	54.971	9.663	64.634
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.917	1.917
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.405.730	85.139	1.490.869
(+) Aplicações	516.696	-	516.696
(-) Resgates	(456.586)	(2.320)	(458.906)
(+) Rendimentos	4.658	2.575	7.233
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(600)	(600)
Saldo final em 30 de junho de 2020	1.470.498	84.794	1.555.292

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando—se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2**: *input*s de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3**: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*input*s não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	795.111	675.387	1.470.498
Ações de Cias Abertas	35	-	35
Opções	-	416	416
Futuros	(97)	(14)	(111)
Letras Financeiras do Tesouro	489.594	-	489.594
Notas do Tesouro Nacional:	49.890	2.794	52.684
Letras do Tesouro Nacional	239.284	114.662	353.946
Debêntures de Distribuição Pública	-	228.730	228.730
Operações Compromissadas	16.405	147.648	164.053
Letras Financeiras	-	91.481	91.481
Certificados de Depósito Bancário	-	7.727	7.727
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	70.629	70.629
Notas Promissórias	-	13.107	13.107
Outras Aplicações	-	(1.793)	(1.793)
II. Títulos disponíveis para venda:	32.226	52.568	84.794
Notas do tesouro nacional	32.226	52.568	84.794
Total (I + II)	827.337	727.957	1.555.292

	31/12/2019		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>	894.318	511.412	1.405.730
Ações de Cias Abertas	33	-	33
Opções	-	176	176
Letras Financeiras do Tesouro	552.787	-	552.787
Notas do Tesouro Nacional:	76.382	718	77.100
Letras do Tesouro Nacional	204.966	5.507	210.473
Debêntures de Distribuição Pública	-	248.960	248.960
Operações Compromissadas	60.150	-	60.150
Letras Financeiras	-	102.589	102.589
Certificados de Depósito Bancário	-	12.841	12.841
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	87.105	87.105
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	45.081	45.081
Notas Promissórias	-	10.001	10.001
Outras Aplicações	-	(1.566)	(1.566)
II. Títulos disponíveis para venda:	85.139	-	85.139
Notas do tesouro nacional	85.139	-	85.139
Total (I + II)	979.457	511.412	1.490.869



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

5.4 Instrumentos Financeiros Derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

6. PRÊMIOS A RECEBER

6.1 Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Prestamista	19.588	23.494
Acidentes Pessoais Coletivo	6.437	5.759
Vida em Grupo	11.860	10.721
Outros	146	127
Total de Prêmios a Receber Bruto	38.031	40.101
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(94)	(89)
Total de Prêmios a Receber	37.937	40.012

6.2 Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios a receber líquidos de provisão para redução ao valor recuperável compõe-se como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	40.012	32.638
(+) Prêmios Emitidos	319.722	612.935
(+) IOF	1.306	1.782
(-) Prêmios Cancelados	(4.878)	(5.058)
(-) Recebimentos	(318.131)	(602.196)
Prêmios a Receber Bruto	38.031	40.101
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(94)	(89)
Prêmios a Receber Líquidos	37.937	40.012



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

6.3 Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
A vencer		'
De 1 até 30 dias	37.893	39.981
Vencidos		
1 até 30 dias	45	61
31 até 60 dias	4	5
61 até 120 dias	17	10
Acima de 121 dias	72	44
Total	38.031	40.101
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(94)	(89)
Total	37.937	40.012

7. CRÉDITO DAS OPERAÇÕES - OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	30/06/2020	31/12/2019
Prêmios de cosseguro aceito	9.164	9.453
Redução ao valor recuperável	(58)	(93)
Total	9.106	9.360

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 20.687 (R\$ 23.550 em 31/12/2019). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Impostos a Recuperar

Os Impostos a Recuperar são compostos de Imposto de Renda em R\$ 154 (R\$ 154 em 2019) e demais impostos R\$ 36 (R\$ 23 em 2019).

b) Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro", apresentado no balanço patrimonial no valor de R\$ 1.995 (R\$ 1.402 em 31/12/2019), sendo ativo diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 3.964 (R\$ 807 em 31/12/2019) e passivo diferido no valor de R\$ 1.969 (R\$ 2.209 em 31/12/2019).

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos conforme abaixo:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Diferenças Temporárias

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2020	31/12/2019
Provisão p/ Contingências Fiscais	50	46
Outras Provisões	1.347	562
Fundo de Marketing	3.746	1.730
Atualização Depósito Judicial	(2.368)	(7.070)
COFINS Exigibilidade Suspensa	6.139	5.805
PIS Exigibilidade Suspensa	998	943
Total das Provisões temporárias	9.912	2.016
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	2.478	504
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	1.486	303
Total	3.964	807

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2021 a 2030

Directingus	remporarias	2021 0 2030
2020*	-	0%
2021	397	10%
2022	397	10%
2023	397	10%
2024	397	10%
2025	397	10%
2026	396	10%
2027	396	10%
2028	396	10%
2029	396	10%
2030	395	10%
Total geral	3.964	100%

^{(*) 2020} não compõe o total das diferenças temporárias

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

30/06/2020	31/12/2019
52	142
-	25.864
135	1.290
3.746	1.730
8.286	9.627
23	161
12.242	38.814
	52 135 3.746 8.286 23



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2020	31/12/2019
IR	4.190	7.927
CSLL	2.515	5.452
COFINS	7.509	1.938
PIS	1.220	315
Outros	722	717
Total	16.156	16.349

12. DÉBITO DAS OPERAÇÕES - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

	30/06/2020	31/12/2019
Comissões riscos emitidos diretos	491	866
Comissões RVNE	10.947	12.226
Comissões Cosseguro Aceito	6.521	6.002
Comissão Cosseguro Aceito RVNE	820	1.268
Pró-labore	7.003	7.672
Total Corretores de Seguros e Resseguros	25.782	28.034

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
1 até 30 dias	27	7.062
31 até 60 dias	7	30
61 até 120 dias	15	13
121 até 180 dias	16	6
181 até 365 dias	28	8
Acima de 365 dias	356	754
Total	449	7.873



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	30/06/2020			31/12/2019			
Provisões Técnicas - Seguros	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total	
Circulante							
Prêmios não Ganhos	27.487	-	27.487	25.575	-	25.575	
Prêmios não Ganhos - RVNE	15.375	-	15.375	17.635	-	17.635	
Sinistro a Liquidar	44.584	-	44.584	51.147	-	51.147	
Excedente Técnico	69	-	69	36	-	36	
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	29.911	-	29.911	105.756	-	105.756	
Beneficios a Conceder	-	249.969	249.969	-	215.800	215.800	
Benefícios Concedidos	-	105	105	-	103	103	
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	3.027	3.027	-	3.102	3.102	
Provisão para Despesas Relacionadas	179	-	179	1.011	-	1.011	
Total	117.605	253.101	370.706	201.160	219.005	420.165	
Não Circulante							
Prêmios não Ganhos	28.736	-	28.736	29.416	-	29.416	
Sinistro a Liquidar	6.740	-	6.740	5.947	-	5.947	
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	27.381	-	27.381	25.908	-	25.908	
Beneficios a Conceder	-	886.254	886.254	-	765.108	765.108	
Beneficios Concedidos	-	1.334	1.334	-	1.357	1.357	
Provisão para Despesas Relacionadas	133	4	137	64	4	68	
Total	62.990	887.592	950.582	61.335	766.469	827.804	

^(*) Com DPVAT em 31/12/2019

A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros compõem como seguem:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2019	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2020
Prêmios não Ganhos	54.991	14.961	(13.729)	-	56.223
Prêmios não Ganhos - RVNE	17.635	3.568	(5.828)	-	15.375
Benefícios a Conceder	980.908	272.497	(118.690)	1.508	1.136.223
Benefícios Concedidos	1.460	-	(48)	27	1.439
Sinistro a Liquidar	57.094	510.620	(516.829)	439	51.324
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	131.664	163.805	(238.177)	-	57.292
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	3.102	18.573	(18.648)	-	3.027
Excedente Técnico	36	47	(14)	-	69
Provisão de Despesas Relacionadas	1.079	153	(916)	-	316
Total	1.247.969	984.224	(912.879)	1.974	1.321.288



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2018	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2019
Prêmios não Ganhos	48.829	20.303	(14.141)	-	54.991
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.706	10.819	(6.890)	-	17.635
Benefícios a Conceder	548.927	558.631	(162.614)	35.964	980.908
Benefícios Concedidos	48	1.500	(107)	19	1.460
Sinistro a Liquidar	53.311	344.022	(341.433)	1.194	57.094
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	134.024	73.113	(80.549)	5.076	131.664
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	2.490	31.617	(31.005)	-	3.102
Excedente Técnico	32	24	(20)	-	36
Provisão de Despesas Relacionadas	595	1.650	(1.235)	69	1.079
Total	801.962	1.041.679	(637.994)	42.322	1.247.969

	31/12/2018	Constituições	Amortizações	31/12/2019	Constituições	Amortizações	30/06/2020
Custo de Aquisição Diferido	78.877	18.656	(7.369)	90.164	558	(13.165)	77.557
Total	78.877	18.656	(7.369)	90.164	558	(13.165)	77.557

Análise de Sensibilidade - Seguros

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o stress de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

	Coberturas de Risco:	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido							
Sometime de titets:		30/06/2	2020	31/12/2019					
VARIÁVEL	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro				
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	4.539	4.302	4.337	4.132				
Sinistralidade	Redução de 5% na Sinistralidade	(4.539)	(4.302)	(4.337)	(4.132)				

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

		30/06/2020		31/12/2019			
Provisões Técnicas	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Prêmios não Ganhos	78	-	78	74	-	74	
Benefícios a Conceder	28.436	100.820	129.256	27.976	99.189	127.165	
Benefícios Concedidos	799	5.719	6.518	734	5.361	6.095	
Sinistro a Liquidar	236	-	236	496	-	496	
Eventos Ocorridos mas não Avisados	500	-	500	426	-	426	
Provisão de Despesas Relacionadas	1	12	13	1	11	12	
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	128	-	128	254	-	254	
Provisão Complementar de Cobertura	73	552	625	85	661	746	
Total	30.251	107.103	137.354	30.046	105.222	135.268	



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

				Atualização	
Provisões Técnicas	31/12/2019	Constituições	Reversões	Monetária	30/06/2020
Prêmios não Ganhos	74	14	(10)	-	78
Benefícios a Conceder	127.166	16.451	(14.493)	132	129.256
Benefícios Concedidos	6.095	197	(227)	453	6.518
Sinistro a Liquidar	496	844	(1.071)	(33)	236
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	426	81	(7)	-	500
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	254	1.000	(1.126)	-	128
Provisão de Despesas Relacionadas	11	3	(1)	-	13
Provisão Complementar de Cobertura	746	30	(151)	-	625
Total	135.268	18.620	(17.086)	552	137.354

				Atualização	
Provisões Técnicas	31/12/2018	Constituições	Reversões	Monetária	31/12/2019
Prêmios não Ganhos	64	36	(26)	-	74
Benefícios a Conceder	100.279	48.228	(26.742)	5.401	127.166
Benefícios Concedidos	5.403	677	(365)	380	6.095
Sinistro a Liquidar	46	2.641	(2.252)	61	496
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	226	466	(266)	-	426
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	385	4.694	(4.825)	-	254
Provisão de Despesas Relacionadas	11	5	(5)	-	11
Provisão Complementar de Cobertura	370	1.302	(926)	-	746
Total	106.784	58.049	(35.407)	5.842	135.268

	31/12/2018	Constituições	Amortizações	31/12/2019	Constituições	Amortizações	30/06/2020
Custo de Aquisição Diferido	78	26	(10)	94	15	(18)	91
Total	78	26	(10)	94	15	(18)	91

Análise de Sensibilidade - Previdência

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Coberturas de Acumulação/Sobrevivência	Efeito Bruto no Resultado	e no Patrimônio Líquido
		30/06/2020	31/12/2019
VARIÁVEL	Premissas	Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	648	640
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(570)	(562)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	301	287
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(272)	(260)

16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTRO

	Ano de aviso do sinistro						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	88.598	43.568	354.264
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.141	93.002	-	287.749
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.697	72.828	-	-	184.005
3 anos após o aviso	6.515	46.871	56.238	-	-	-	109.624
4 anos após o aviso	6.435	46.729	-	-	-	-	53.164
5+ anos após o aviso	6.433	-	-	-	-	-	6.433
Estimativa na data base (2019) (a)	6.433	46.729	56.238	72.828	93.002	43.568	318.798
Pagamentos efetuados (b)	6.419	45.886	55.297	70.346	76.699	12.591	267.238
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	14	843	941	2.482	16.303	30.977	51.560
Valor de Sinistros Pendentes							51.560

17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência:	1.458.642	1.383.237
Ajustes:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(19.678)	(20.666)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)(b)	(6.356)	(5.592)
Total a ser Coberto	1.432.608	1.356.979
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.530.544	1.387.732
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	87.105
Total dos Ativos Vinculados	1.530.544	1.474.837
Equivalente de Caixa	24.748	16.032
Total de Aplicações (d)	1.555.292	1.490.869
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	122.684	133.890

⁽a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 35.325 e Não Circulante R\$ 42.323, total R\$ 77.648 sendo redutores R\$ 19.678 e não redutores R\$ 57.970. (b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 4.704 e Não Circulante R\$ 2.030 total de R\$ 6.734 sendo redutores R\$ 6.356 e não redutores R\$ 378.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

18. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

18.1 Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial

Em 30 de junho de 2020, as provisões de natureza cível que contempla sinistros em disputa judicial relacionados, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

A Companhia apura atuarialmente o percentual de perda calculado em estudo específico, baseado no histórico das ações judiciais. Quando necessário o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Abaixo composição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial por probabilidade:

			Causa	as Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios			
		30/06/2020			31/12/2019		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Provável	34	3.340	3.340	29	2.559	2.559	
Possível	64	5.112	-	59	4.343	-	
Total	98	8.452	3.340	88	6.902	2.559	

(*) Provisões cíveis relacionadas à sinistros/benefícios são apresentados na Provisão de Sinistros a Liquidar, na rubrica Provisões Técnicas - Seguros (Nota 15).

18.2 Outras Provisões Judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demais causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

			<u>acionados à sir</u>	nistros/benefícios		
		30/06/2020			31/12/2019	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	14	253	253	11	165	165
Possível	46	962	-	35	633	-
Remota	3	32	-	1	11	-
Total	63	1.247	253	47	809	165



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

						Causas Fiscais
		30/06/2020			31/12/2019	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	1	50	50	1	46	46
Possível	5	1.687	-	6	1.710	-
Total	6	1.737	50	7	1.756	46

				Cai	usas Trabalhistas		
		30/06/2020		31/12/2019			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Possível	2	244		- 2	238	-	
Total	2	244		- 2	238	-	

18.3 Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

No grupo "Outras Contas as Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 30/06/2020
Contribuição Social	39.277	-	566	(39.843)	-
COFINS	5.805	242	93	-	6.140
PIS	943	39	15	-	997
Total - Obrigações Fiscais	46.025	281	674	(39.843)	7.137

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2019
Contribuição Social	37.257	-	2.020	39.277
COFINS	4.639	918	248	5.805
PIS	754	149	40	943
Total – Obrigações Fiscais	42.650	1.067	2.308	46.025

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFIN	IS	Total		
Tese	Depósito Judicial Provisão		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	
Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	-	-	
Alargamento da Base (b)	1.143	997	7.034	6.140	8.177	7.137	
Total 30/06/2020	1.143	997	7.034	6.140	8.177	7.137	

	PIS		S COFINS		CSLL		Total	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	39.640	39.277	39.640	39.277
Alargamento da Base (b)	1.096	943	6.749	5.805	-	-	7.845	6.748
Total 31/12/2019	1.096	943	6.749	5.805	39.640	39.277	47.485	46.025

⁽a) CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015. Cumpre esclarecer que os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Rio Grande Seguros e Previdência, que discutiam a majoração de alíquota de CSLL de 9% para 15% e no mandado de segurança que a Companhia discutia a majoração de alíquota de CSLL de 15 para 20% foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal, tendo ambas as pastas sido encerradas em junho de 2020.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

(b) PIS/Cofins - Alargamento da base -Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

18.4 Depósito Judiciais e Fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
Cíveis	964	1.078
Fiscais	8.958	48.260
Total Depósitos Judiciais	9.922	49.338

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 30/06/2020
Fiscais	40.769	5.239	2.252	48.260	220	640	(40.162)	8.958
Total	40.769	5.239	2.252	48.260	220	640	(40.162)	8.958

Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança que discutiam a majoração de alíquota de CSLL de 9% para 15% e a majoração de alíquota de CSLL de 15% para 20% foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal, tendo ambas as pastas sido encerradas em junho de 2020.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 (R\$ 72.188 em 31/12/2018) é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 82.706 (R\$ 113.706 em 31/12/2019) são compostas por:

Reserva Legal de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31/12/2019) que é constituída ao final do período com a destinação de 5% do lucro líquido do período e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 68.268 (R\$ 99.268 em 31/12/2019) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Em março de 2020, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 31.000 referentes à dividendo adicional, utilizando saldo da rubrica "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 2.953 (R\$ 3.313 em 31/12/2019).



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Patrimônio Líquido	30/06/2020 197.440	31/12/2019 189.207
Ajustes contábeis	(38.192)	(46.753)
Participação Coligadas e Controladas	_	(224)
Ativos Intangíveis	-	(84)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(38.192)	(46.445)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	1.490	1.828
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	1.047	1.510
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	443	318
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	160.738	144.282
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	4.729	5.179
Capital de Risco de Subscrição	89.932	85.910
Capital de Risco – Mercado	5.277	6.313
Capital de Risco - Redução por correlação	(6.061)	(6.960)
Capital de Risco – Operacional	3.987	3.694
Capital de Risco (CR)(b)	97.864	94.136
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	97.864	94.136
Patrimônio líquido ajustado - PLA	160.738	144.282
(-) Exigência de capital - CMR	(97.864)	(94.136)
Suficiência de capital - R\$	62.874	50.146
Suficiência de capital (PLA/CMR)	164%	153%



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Icatu Seguros S.A.(Controladora) (*) (b)	13.716	12.577	(8.659)	(9.712)	75.839	85.248	(51.005)	(62.033)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (d)	-	-	-	-	-	17.216		(24.290)
Icatu Assessoria Ltda (Ligada) (c)	-	-	(6.930)	(7.155)	-	-	(43.624)	(34.415)
Seguradora Líder dos Consórcios do	-				-	-		-
Seguro DPVAT (Outros) (a)		49	-	(928)			-	
Banrisul Icatu Participações S.A.	-				-	-		-
(Controladora) (e)		-	-	(25.864)			-	
Icatu Vanguarda Gest Recursos(f)	-	-	-	-	-	-	(2)	(4)
Rio Grande Capitalização S/A (d)	6.323	5.969	-	-	1.479	-	(10.470)	
Total	20.039	18.595	(15.589)	(43.659)	77.318	102.464	(105.101)	(120.742)

^{*}Controladora indireta

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar";
 (b) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a
- pagar são liquidados nos meses subsequentes:
- (c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (d) A Companhia adquire títulos de capitalização para sorteios dos clientes de seguro de vida. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preco é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";
- (e) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.
- Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO - SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

		30/06/20)20	30/06/2019				
Ramo	Prêmios Índice de		Índice de	Prêmios	Índice de	Índice de		
Namo	Ganhos Sinistralidade		Comissionamento	Ganhos	Sinistralidade	Comissionamento		
Vide om Crune	111.007	12.70/	260/	104 000	17 40/	2F 10/		
Vida em Grupo	114.987	13,7%	36%	104.922	17,4%	35,1%		
Prestamistas	144.507	19,3%	42%	130.805	20,5%	35,6%		
DPVAT	-	0,0%	0%	6.141	84,3%	0,0%		
Acidentes Pessoais	42.071	6,3%	36%	36.273	15,4%	36,7%		
Outros	14.814	25,4%	20%	5.530	19,1%	26,2%		
Total	316.379			283.671				



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2020	30/06/2019
a) Prêmios Ganhos - Seguros		
Prêmios Emitidos Direto	242.723	198.774
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	75.839	85.248
Prêmio Emitido DPVAT	-	7.167
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	(3.719)	112
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	319	225
Receitas de Contribuições Planos de Renda	221	170
Variação das provisões técnicas	996	(8.025)
Total	316.379	283.671
b) Sinistros Ocorridos - Seguros		
Indenizações Avisadas	(46.558)	(38.314)
Indenizações Avisadas DPVAT	-	(6.690)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(3.088)	(9.488)
Despesas com Sinistros	(102)	(3)
Despesas com Sinistros DPVAT	(102)	(2.273)
Outras Despesas com Sinistros	(320)	3
Total	(50.068)	(56.765)
Total	(00.000)	(00.100)
c) Custo de Aquisição - Seguros		
Comissões sobre Prêmio Emitido	(106.680)	(109.788)
Variação Despesa de Comercialização Diferida	(12.634)	12.298
Total	(119.314)	(97.490)
d) Outro Bassita a Bassasa Outro in Comme		
d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros		
Outras Receitas DPVAT	- -	51
Despesas com Cobrança	(3.492)	(3.755)
Reversão (Provisão) para Contingências Civeis	(108)	(100)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	30	21
Despesas com títulos de Capitalização	(8.755)	(8.830)
Outras Despesas DPVAT	(61)	(144)
Total	(12.386)	(12.757)



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência Recuperação de Indenização - Seguros (94) Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros (1.704) Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros (1.704) Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência (3) Variação das provisões técnicas - Seguros (709) Total (569) f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões Total (94.547)	
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência (94) Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros (1.704) Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência (3) Variação das provisões técnicas - Seguros (7709) Total (569) f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (189.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	
Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência (3) Variação das provisões técnicas - Seguros (709) Total (569) f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL PMBAC - Planos de Renda Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples PPNG - Planos Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões (194.547)	1.625
Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência Variação das provisões técnicas - Seguros f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável Restituições Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL Rendas de Previsão de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples PPNG - Planos Repartição Simples (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	85
Variação das provisões técnicas - Seguros(709)Total(569)f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência254.737Prêmios Emitidos254.737Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável12.614Restituições(3.041)Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL264.310PMBAC - Planos de Renda(169.905)Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder(169.905)Total94.405g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência2PPNG - Planos Repartição Simples(2)PPNG - Planos Renda(94.420)Despesas com Benefícios e Resgates(193)Outras Provisões70Total(94.547)	(466)
f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	-
f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões (194.547) h) Despesas Administrativas	(339)
Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	905
Prêmios Emitidos 254.737 Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável 12.614 Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	
Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	153.374
Restituições (3.041) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL 264.310 PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	13.934
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL264.310PMBAC - Planos de Renda(169.905)Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder(169.905)Total94.405g) Variação das Outras Provisões Técnicas - PrevidênciaPPNG - Planos Repartição Simples(2)PPNG - Planos de Renda(2)PVR - Planos Renda(94.420)Despesas com Benefícios e Resgates(193)Outras Provisões70Total(94.547)	(206)
PMBAC - Planos de Renda (169.905) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder (169.905) Total 94.405 g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples (2) PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	167,102
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder(169.905)Total94.405g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência2PPNG - Planos Repartição Simples(2)PPNG - Planos de Renda(2)PVR - Planos Renda(94.420)Despesas com Benefícios e Resgates(193)Outras Provisões70Total(94.547)	(118.873)
Total g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência PPNG - Planos Repartição Simples PNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates Outras Provisões Total (94.547)	(118.873)
PPNG - Planos Repartição Simples PPNG - Planos de Renda (2) PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates Outras Provisões 70 Total (94.547)	48.229
PVR - Planos Renda (94.420) Despesas com Benefícios e Resgates (193) Outras Provisões 70 Total (94.547)	(2)
Despesas com Benefícios e Resgates Outras Provisões 70 Total (94.547) h) Despesas Administrativas	(5)
Outras Provisões 70 Total (94.547) h) Despesas Administrativas	(48.148)
Total (94.547) h) Despesas Administrativas	(501)
h) Despesas Administrativas	(285)
\dot{r}	(48.941)
<i>,</i> .	
	(50.162)
Localização e Funcionamento (37.303)	(251)
Publicidade e Propaganda (3.143)	(2.759)
Publicações (94)	(139)
Donativos e Contribuições (74)	(120)
Despesas Administrativas Diversas (19)	(396)
Despesas Administrativas DPVAT -	(1.269)
Total (61.307)	(55.096)



Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
i) Despesas com Tributos		
Impostos	(232)	(135)
COFINS	(11.237)	(10.400)
PIS	(1.826)	(1.690)
Taxa de Fiscalização	(357)	(362)
Outras Despesas com Tributos	(44)	(41)
Total	(13.696)	(12.628)
j) Resultado Financeiro		
Categoria – Disponível para Venda	2.575	6.364
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.575	6.364
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	22.579	27.151
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	22.579	24.028
Quotas de Fundos de Investimento - Consórcio DPVAT	-	3.123
Outras Receitas Financeiras - Consórcio DPVAT	-	49
Outras Receitas Financeiras	403	1.044
Total – Receitas Financeiras	25.557	34.608
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(17.921)	_
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(17.921)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(552)	(3.214)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(1.950)	(21.526)
Outras Despesas Financeiras	(771)	(61)
Total - Despesas Financeiras	(21.194)	(24.801)
Total	4 202	0.007
Total	4.363	9.807



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2020		30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	66.286	66.286	62.342	62.342
ADIÇÕES	8.521	8.521	1.430	1.430
Doações e Patrocínios Indedutíveis	60	60	103	103
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	92	92	106	106
Outras Provisões	2.027	2.027	504	504
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	5.953	5.953	-	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	389	389	717	717
<u>EXCLUSÕES</u>	-	-	(1.453)	(1.453)
Outras Provisões	-	-	(195)	(195)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	-	-	(1.245)	(1.245)
Dividendos Recebidos	-	-	(13)	(13)
Resultado Ajustado	74.807	74.807	62.319	62.319
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(18.690)	(11.221)	(15.568)	(9.349)
Incentivos Fiscais	` 6Ó	-	` 103́	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	1.974	1.184	(28)	(16)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	-	-	(1.044)
Despesas com IRPJ/CSLL	(16.656)	(10.037)	(15.493)	(10.409)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	25,1%	15,1%	24,9%	16,7%

24. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30/06/2020 da Icatu Seguros.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

RESPONSÁVEIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Claudio Coutinho Mendes

Conselheiros

Luciano Snel Corrêa Ademar Schardong Claudio Leite Gastal

DIRETORIA

Diretor Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira Suzana Flores Cogo

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires MIBA nº 1394